

Superior Tribunal de Justiça

ProAfr no RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.204 - DF (2019/0116053-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : JOSE CARLOS SANTOS
ADVOGADO : LEONARDO DA COSTA E OUTRO(S) - DF039232
RECORRIDO : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PROPOSTA DE AFETAÇÃO COMO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EXPOSIÇÃO AO AGENTE NOCIVO DICLORO-DIFENIL-TRICLOROETANO – DDT. OMISSÃO DO ENTE PÚBLICO NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE DANO MORAL. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. RECURSO AFETADO COMO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.

1. Delimitação da tese: determinação do termo inicial do prazo de prescrição para o ajuizamento de ação em que se busca reparação de dano moral resultante da exposição de servidor público à substância dicloro-difenil-tricloroetano – DDT.

2. Submissão do presente recurso especial a julgamento na sistemática dos recursos representativos da controvérsia pela Primeira Seção do STJ, juntamente com o REsp n. 1.809.209/DF e REsp n. 1.809.043/DF, nos termos do art. 1.036, §§ 1º e 5º, do CPC/2015.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: A PRIMEIRA SEÇÃO, por unanimidade, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C) e, por unanimidade, suspendeu a tramitação de processos em todo território nacional, inclusive que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta do Sr. Ministro Relator. Votaram com o Sr. Ministro Relator os Ministros Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Og Fernandes e, nos termos do art. 257-B do RISTJ, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Napoleão Nunes Maia Filho.

Impedido, o Ministro Francisco Falcão.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Benedito Gonçalves.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

